

# UMA BREVE ANALISE DE ALGUNS DISCURSOS CONTRADITÓRIOS (IN) “SUSTENTÁVEIS”<sup>1</sup>: UMA HIPÓTESE DE DESENCANTAMENTO DOS MODELOS<sup>2</sup> ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO

Christiane Gerbauld Catalão  
Graduanda em Geografia<sup>3</sup>  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
[chrisgerbauld@hotmail.com](mailto:chrisgerbauld@hotmail.com)

## Resumo

Os discursos sobre “sustentabilidade”, hoje presentes em todos os lugares, são utilizados de maneira contraditória. Nos produtos é inserido um valor agregado se sua produção corresponder a uma atividade vinculada a práticas “sustentáveis”. Porém, a “sustentabilidade” é extremamente questionável, podendo se tratar então, de múltiplas sustentabilidades. Mas no imaginário coletivo permanece a idéia que o desenvolvimento “sustentável” se refere primordialmente a mudanças na dinâmica ecológica. Se mantendo assim uma segregação socioambiental.

Palavras - chave: **Discursos, Sustentabilidades, Desenvolvimento Sustentável, Segregação Socioespacial**

A SHORT ANALYSIS OF SOME CONTRADICTORY (UN) SUSTAINABLE  
SPEECHES: ONE HYPOTHESIS OF DESENCHANTMENT TO THE ALTERNATIVE MODELS  
OF DEVELOPMENT.

## Abstract

Today is very common to find speeches about “sustainability” there are used in the contradictory way. At the goods it is inserted an aggregated value if the production corresponds to any activity linked to “sustainable” practices. Nevertheless, the “sustainability” is extremely questionable, so can be treated by multiple “sustainability”. However, in the collective imaginary

---

<sup>1</sup> - A palavra possui aspas neste trabalho por se tratar de uma questão controversa quanto a sua procedência e compreensão, além, de estar sendo também questionada justamente neste artigo.

<sup>2</sup> - Antes de qualquer coisa cabe ressaltar que o emprego da palavra “modelos” será atribuído no sentido de “teorias gerais”.

<sup>3</sup> - Trabalho elaborado para a disciplina Geografia da População, ministrada pelo Professor Dr. João Rua, no 1º semestre de 2008.

the idea about the “sustainable” development making reference to a change at the ecological dynamics remains, keeping in that way, socio-environmental and/or socio-space segregation, Keywords: Speeches, Sustainability, Sustainable Development, Socio-space Segregation.

(In) “sustentabilidade”: dando continuidade a uma (in) tensa discussão

Vivemos hoje em um mundo globalizado, que tem como modelo de desenvolvimento dominante o modelo capitalista. Há séculos suas práticas e lógicas demonstram empiricamente conseqüências extremamente segregadoras, destrutivas e perversas ao ambiente<sup>4</sup>.

A crise ambiental, resultante de processos eminentes de tal modelo de desenvolvimento, se faz evidente a partir dos anos 60, promovendo assim, o início de infindáveis reflexões, opiniões, discussões, propostas de mudanças e regulações.

Fruto deste movimento tem-se o modelo de desenvolvimento “sustentável”, se propondo a ser um modelo alternativo ao vigente, com propostas de transformações de hábitos, comportamentos, práticas e ideologias.

A intenção deste presente trabalho é contribuir de alguma forma na discussão sobre a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento “sustentável”. Apontando alguns discursos contraditórios e/ou retóricos imbuídos de um discurso pró-ambiente de agentes do modelo de desenvolvimento capitalista. Além, de apresentar uma tentativa de desencantamento de um discurso (in) “sustentável”, através da análise de um exemplo empírico hipotético.

Buscamos também por meio deste tratar de forma sucinta o papel de agentes formadores de opinião, como a ciência (universidades e intelectuais), a mídia, os ambientalistas, economistas, políticos, etc. em relação à postura destes perante a crise ambiental.

---

<sup>4</sup> - O termo Meio Ambiente será tratado neste artigo como AMBIENTE por se tratar de uma tautologia conceitual. Portanto, o ambiente para nós engloba a natureza “natural”, a natureza artificial (construída pelo homem), os lugares, as pessoas, etc.

Neste momento gostaríamos de apresentar os autores que serviram de base e referência para este artigo, como Rua (2007) que contribuiu enormemente para nortear nosso pensamento em relação a todo o contexto da discussão do desenvolvimento “sustentável”. Com Leff (2004) desenvolvemos idéias relacionadas a crise ambiental, da legitimação do discurso do desenvolvimento “sustentável” e do saber ambiental. Costa Neto (1999) e Ferreira, et.al. (2007) contribuíram para a discussão conceitual de “sustentabilidade”, Weber (1967) e Morin (1996) nortearam as questões sobre um mundo mistificado pela ciência, além de outros autores que serão citados e comentados no corpo do texto.

Noções necessárias para se introduzir a discussão

O modelo de desenvolvimento dominante em diferentes formas de sociedades do mundo contemporâneo é o sistema capitalista (por mais que não o seja em si mesmo, se relaciona a ele de alguma forma), tendo como uma de suas características a cooptação através da difusão de idéias homogeneizante, tanto em termos de modo de produção, quanto em aspectos, culturais e simbólicos.

Tratando-se de um projeto civilizatório no Ocidente, conforme Rua (2007) destaca, “ao se tornar hegemônico, tal projeto, foi sendo imposto a todos os quadrantes do mundo” (RUA, 2007, p. 144), produzindo uma sociedade individualista, superficial, consumista, destrutiva, concentradora e extremamente desigual, em que o crescimento do lucro e o acúmulo de capital são seu maior “fim” (ou o meio para se obter poder).

O que observamos é que perante um mundo que necessita, devido a lógica de modernização progressiva que se apresenta, de uma constante expansão crescente da exploração de seus recursos naturais a fim de manter em ritmo crescente suas atividades produtivas, para então, poder se reproduzir

como um modelo, depara-se com uma situação paradoxal<sup>5</sup>: os recursos no planeta terra são finitos.

Percebe-se então um movimento global contrário a estrutura vigente que tem como objetivo (pelo menos o movimento em sua essência) propor modelos alternativos ao que se apresenta. Estes modelos alternativos promovem como proposta a busca de um equilíbrio harmônico na relação homem & natureza, já que somos como espécie, iguais entre si e dependentes dela, a “natureza”, para sobreviver.

Porem, esta proposta não passa de uma utopia quando analisamos os discursos e práticas atuais de quem se diz “sustentável”, logo, um ser adepto ao modelo alternativo.

Algumas consequências socioambientais do modelo de desenvolvimento capitalista: A natureza como recurso através de uma visão utilitarista

Leff (2004, p.15) desenvolve a idéia de que a racionalidade econômica teria eliminado a natureza da esfera de produção, devido uma idéia errônea de “progresso” da civilização moderna, gerando, assim, processos de destruição ecológica e degradação ambiental. Desta maneira, o autor supracitado, coloca que o conceito de “sustentabilidade” surge com o “reconhecimento da função de suporte, condição e potencial do processo de produção” (LEFF, 2004, p.15).

A partir da década de 60 o mundo (se referindo as pessoas) começa a perceber a crise ambiental que esta inserido. Não só como vítima (em diferentes aspectos) das problemáticas geradas, mas infelizmente também, sendo o causador deste processo. Tendo como marcos referencial a essa consciência ambiental, conforme Leff (2004, p. 16) destaca, o livro da norte americana Rachel Carson, Primavera Silenciosa, publicado em 1962, difundido principalmente na década de 70 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

---

<sup>5</sup> - A palavra paradoxal no contexto está atribuída apenas do sentido de contradição.

Assim, se inicia uma reflexão quanto à “irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico” (LEFF, 2004, p.16), além, de propiciar discussões sobre a (re) valorização da natureza e das discrepâncias socioambientais do modelo de desenvolvimento vigente.

A ECO 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1992, foi palco mundial com muitos holofotes para o debate sobre o desenvolvimento sustentável.

Leff (2004), ainda nos revela através de sua reflexão sobre o saber ambiental, de forma abrangente e concisa a obscuridade desta mudança de paradigma que consiste na consciência, no saber ambiental:

Nestes tempos está se forjando o saber ambiental... Saber sobre um ambiente que não é a realidade visível da poluição, mas o conceito da complexidade emergente onde se reencontram o pensamento e o mundo, a sociedade e a natureza, a biologia e a tecnologia, a vida e a linguagem. Ponto de inflexão da história que induz uma reflexão sobre o mundo atual, do qual emergem as luzes e sombras de um novo saber. De um saber atravessado por estratégias de poder em torno da reapropriação (filosófica, epistemológica, econômica, tecnológica e cultural) da natureza. (Leff, 2004, p. 10)

O capitalismo é um sistema surpreendentemente eficiente na capacidade de absorver e transformar os espaços e os discursos a favor de seus interesses particulares. Tendo se apropriado do discurso deste movimento contrário (alternativo) ao modelo de desenvolvimento capitalista no momento em que ele transforma o “verde” em uma mercadoria.

Tudo que se refere ou lembra a natureza virou mercadoria. Há hoje uma enorme procura (por um público alvo específico, geralmente de alto poder aquisitivo) por lojas de produtos (ditos) naturais, alimentos (ditos) orgânicos, massificantes propagandas de condomínios e casas com proximidade de áreas verdes (sendo, geralmente, desconsiderado o “tipo” de verde que é oferecido na propaganda).

Sobre tudo, é notável um intenso trabalho de marketing voltado para áreas mais distantes dos núcleos urbanos, com o discurso de lá se encontrar a

paz e o ar bucólico que só a atmosfera campestre pode oferecer, além de uma crescente oferta e procura pelo ecoturismo.

Santana (1999), ao compilar a questão da recente e crescente busca pelo ecoturismo, se depara com um duplo discurso em relação turismo ambiental, explicitando a contradição do segundo discurso:

O ecoturismo é uma mercadoria em que se vende o espaço como mercadoria ecológica qualitativa. Por tanto, tem aliado tanto os adeptos ao discurso ecológico e ambientalista como os do discurso empresarial verde. O primeiro defende a preservação da natureza, entendida como manutenção da qualidade da mercadoria ecoturística. O segundo, ao ser administrado por empresas turísticas, que visam o lucro, depara-se com o abismo de querer aumentar o acúmulo de dinheiro através da circulação de ecoturistas pela mercadoria natureza (SANTANA, 1999, p.178).

O autor posteriormente coloca que “o elo conciliatório nesse caso se diz ser a proposta de desenvolvimento sustentável que vai definir um ponto otimizador”. Porém, no sistema capitalista, da forma que se apresenta hoje, não existe a possibilidade real de se estabelecer um tipo de comércio que não aviste fins lucrativos crescentes e expansivos, logo limites em qualquer sentido não são integrados de bom grado.

Percebemos hoje, empresas que se apropriam desta linguagem pró ambiente em busca de um diferencial competitivo, já que nos dias atuais falar de preservação do “meio ambiente”, redução de impactos ambientais, poluição atmosférica (sendo geralmente só ressaltado o CO<sub>2</sub>), mudanças climáticas, aquecimento global, entre outros, são formas de atrair seu público alvo com o que ele quer ouvir e ver e então obter o que interessa para a empresa, vender seu produto.

Para elucidar este discurso, citaremos uma reportagem da Revista Orgânica, cujo título se apresenta Sustentabilidade: Um Bom negócio. Trata-se de uma revista distribuída gratuitamente em um estabelecimento de alimentos “orgânicos”, no bairro do Leblon, Rio de Janeiro, RJ.

O texto redigido por Savino e Rivéro (2007), trata-se de uma propaganda da BOVESPA<sup>6</sup> (Bolsa de Valores de São Paulo), por mais que se realize de forma sutil. Este apresenta as vantagens competitivas de inserir empresas a uma imagem de “socialmente responsável”, destacando que o uso da palavra sustentabilidade está na moda e que “todas as grandes empresas têm destacado em suas propagandas o trabalho realizado, as ações sustentáveis, em prol do meio ambiente” (SAVINO et al., 2007, p. 06). Desta forma o apelo se dá:

Há uma tendência mundial dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos. Tais aplicações, denominadas “investimentos socialmente responsáveis”, consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. Para quem investe nessas empresas, nada melhor que associar sua imagem a de uma outra empresa preocupada com questões vitais do planeta (SAVINO, et al., 2007, p. 06).

Gostaríamos de ressaltar que este trabalho não se trata apenas de uma crítica e sim de uma análise de questões extremamente delicadas e ainda complexas para os dias atuais, até porque mudanças estruturais passam necessariamente por mudanças paradigmáticas.

A reprodução “esverdeada” da inclusão precária

Deparamos-nos nesse momento com uma outra contradição. A idéia de um modelo alternativo, o modelo sustentável, passa por um princípio lógico em que, para que haja um equilíbrio entre natureza e homem é necessário que entre os homens se estabeleça uma relação mais equânime e ética. Porém, o modelo sustentável por ser uma reprodução “esverdeada” do modelo capitalista vigente, tem como fundamento para sua existência a concentração da renda, do capital e/ou da terra nas mãos de poucos, tendo desta maneira, outros muitos subordinados a essa lógica.

---

<sup>6</sup> - A BOVESPA se auto intitula: A Bolsa do Brasil. Representando em toda América Latina o maior centro de negociação com ações da mesma, concentrando cerca de 70% do volume de negócios realizados na região. (<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp> - acesso no dia 25/06/2008).

Costa Neto (1999) discutindo a questão conceitual de sustentabilidade com Ignacy Sachs e Rajni Kothari, escreve se baseando no pensamento destes autores que existe um conflito entre dois significados de desenvolvimento “sustentável”:

O primeiro significado aponta para a sustentabilidade como ideal econômico limitado que implica conservar os privilégios e arriscar o futuro e a natureza para benefício de uma minoria, em oposição ao ideal ético da sustentabilidade da vida na terra. Sachs assinala que Khotari registra um segundo significado para o conceito de sustentabilidade. O que Kothari sugere é um significado diferente para a sustentabilidade, baseado na ética, buscando outro modelo de desenvolvimento (COSTA NETO, 1999, p. 301).

O discurso dominante do modelo de desenvolvimento “sustentável” exclui qualquer tipo de proposta real de mudança das condições precárias sócioespaciais que se apresentam no mundo com o qual nos relacionamos.

Por mais que hajam propostas de programas e projetos de inclusão social em diferentes vertentes, não se promove um movimento abrangente. Além disso, podemos afirmar que o que o senso comum interpreta por um modelo sustentável se passa basicamente por reflorestar áreas degradadas; preservar unidades de conservação para proteger espécimes, tanto da fauna, quanto da flora; aumentar o grau de rigidez em cima de fábricas e empresas, e regulamentos em cima das mesmas; reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera (os “grandes vilões” das mudanças climáticas); e investir em pesquisas e adotar matrizes energéticas menos poluentes.

Muitos seres humanos vivem em condições grotescas, desumanas e miseráveis. Vivem sem condições de infraestrutura básicas e não sendo contemplados por seus direitos adquiridos e garantidos.

Muitos deles se vendem por míseros<sup>7</sup> salários (relativo ao valor do padrão de vida que se pode ser sustentável por meio deste), ou buscam formas de trabalho informal, ilegal, parcial, terceirizado, entre outros, para conseguir o mínimo a sua sobrevivência, podendo assim, morar em encostas extremamente inclinadas sem o menor planejamento ou em áreas muito distantes do local onde é oferecido trabalho ou longe de qualquer tipo de água potável, com esgoto a céu aberto, sem recolhimento regular de lixo, às vezes

---

<sup>7</sup> - O salário mínimo em 2008 é de R\$ 415.

sem luz, sem a presença do Estado em praticamente nenhuma instância de sua vida. Eles são desconsiderados e “quase excluídos” deste modelo sustentável.

Ou melhor, incluídos precariamente, pois este ser não deixará de exercer seu direito (podendo também ser interpretado como um dever) de consumir, ação esta que se tornou inerente a sua sobrevivência, tendo um valor social maior do que o próprio trabalho.

Ao analisar a problemática do desenvolvimento “sustentável” no espaço agrário, Costa Neto (1999) conclui que:

A definição do que seja ou não sustentável não pode ter como único parâmetro os aspectos ambiental e ecológico. Se assim fosse a biotecnologia poderia vir a ser considerada, em certo sentido, uma prática sustentável, o que argumentamos não ser verdade, quando se trata de confrontar essa tecnologia com referenciais que vão além dos limites de um “capitalismo ecológico” (COSTA NETO, 1999, p. 319).

É necessária a conscientização de que a proposta, o conceito e a idéia de “sustentabilidade” vão muito além do que hoje se observa no imaginário coletivo.

Para pensar no desencantamento

Neste momento cabe introduzir uma reflexão de um exemplo empírico hipotético para melhor elucidar nossa discussão.

Imaginemos, por exemplo, uma produção de uma determinada empresa que através do manejo legal com madeiras nobre, mercantilizem seu produto com um valor agregado, o selo “verde”, que no mercado é muito bem visto por representar uma atividade “sustentável” ao ambiente.

O procedimento desta atividade consiste da seguinte forma: tendo esta empresa uma licença legal para tal atividade, apresente uma determinada área florestal (de propriedade da empresa) que contemple uma pluralidade de espécies arbóreas e arbustivas. Apenas os indivíduos de uma determinada espécie de alto valor comercial e de grande demanda internacional, que apresentem o DAP (diâmetro da altura do peito) maior ou igual a 50 cm podem

ser extraídos, sendo que em seu lugar mudas da respectiva espécie devem ser replantadas.

Para se tornar mais elucidativa nossa hipótese, daremos exemplos de espécies que apresentem esse específico valor de mercado supracitado, como: o Mogno (*Swietenia macrophylla*) ou o Jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*) que são espécies nativas do Brasil, tendo respectivamente sua distribuição original predominante no bioma amazônico e na Mata Atlântica.

É importante ressaltar que essas espécies estão incluídas na lista internacional CITES (Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora – também conhecido como Convenção de Washington, realizada em 1973), que consiste em um acordo entre governos com a intenção de proteger da exploração comercial espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

Logo, a população de países que buscaram diminuir o consumo (como em diversos países europeus) de determinadas madeiras por representar um risco real de extinção das espécies e porque as atividades extrativistas ocorriam sem o menor cuidado e fiscalizações dos órgãos competentes, agora poderão voltar a consumir as belas madeiras brasileiras sem que pese em sua consciência tal consumo. Estarão consumindo um produto legal com o selo “verde” ou “sustentável”.

No entanto, há questões que devem ser refletidas: será que em longo prazo tal modo de produção pode se manter “sustentável”? Qual o impacto que a generalização do produto com selo “verde” pode gerar no equilíbrio da lei de oferta e demanda?

Weber (1967) se questiona se a ciência realiza com eficácia a desmistificação dos fenômenos do mundo como ela se propôs (e ainda propõem): “... esse processo de desencantamento, realizado ao longo de milênios da civilização ocidental e, em termos mais gerais, esse “progresso” do qual participa a ciência, como elemento e motor, tem significação que ultrapasse essa pura prática e essa pura técnica?” (WEBER, 1967, p.31). E ainda colocando em questão: “qual seria o significado da ciência no contexto da vida humana e qual o seu valor?” (WEBER, 1967, p. 32).

Através da intenção de desmistificação dos fenômenos com o “progresso” científico, tendo a técnica como instrumento para a realização da previsão científica, o intelectual, o cientista é capaz de “revelar as verdades do mundo”. Weber (1967) realiza uma analogia com a alegoria da caverna de Platão (A República, livro VII) para ilustrar de que forma é embutida no senso comum a “palavra” da ciência, comparando em todo o tempo a autoridade que a palavra religiosa costuma assumir na vida humana.

Morin (1996) buscou analisar o pensamento de diversos filósofos e intelectuais que (re) pensaram a questão da veracidade das teorias científicas e de seus axiomas (premissas) indiscutíveis e irrevogáveis. Comparando as teorias dogmáticas, percebeu o quanto na prática elas não se diferem, pois ambas buscam se fixar em “verdades” eternas. Podendo-se aqui citar intelectuais que são referências neste assunto: Hume, Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend.

Sanjaume e Villnueva (1996, p.35) analisando as idéias de Kuhn ressaltam que para o intelectual, a ciência é uma atividade racional e que há outras forças que moldam o pensamento científico, então, as categorias de verdadeiro ou falso tem o significado atribuído pelo racionalista. Assim, as características sociais e intelectuais por detrás do cientista ou da comunidade científica são preponderantes, quanto a sua influência no processo de produção de conhecimento e do pensamento científico – logo, as idéias e as discussões são relativas, pois o meio e o momento em que elas se inserem são determinantes em seus resultados.

Ocorre hoje dentro da academia diversas discussões em relação às mudanças climáticas globais e seus agentes causadores, cujas soluções são vinculadas, em sua maioria, ao desenvolvimento “sustentável”. Sendo o que se chama de “sustentabilidade” pelo senso comum e pela mídia (e que se reproduz em larga escala dentro das universidades, por razões políticas de diferentes esferas que estão além de nossa análise neste momento) se refere principalmente a preservação da biodiversidade (sendo preponderantes as espécies mais “carismáticas”) e/ou à diminuição de gases poluentes na

atmosfera, trazendo assim, para discussão a necessidade de mudança da matriz energética dominante, combustível fóssil (petróleo principalmente).

No entanto, há alguns intelectuais tentando “nadar contra a corrente” do discurso padrão de “sustentabilidade”. Ferreira, Rua e Oliveira (2007, p.9) demonstram que o conceito de sustentabilidade é muito mais amplo do que se difunde na mídia e em diversas bibliografias.

Ao referir o economista Ignacy Sachs colocam a idéia de múltiplas dimensões da sustentabilidade desenvolvida pelo mesmo. Podendo se destacar: as dimensões social, econômica, ecológica e espacial. O economista explicita em um trabalho realizado em 2002 os critérios de sustentabilidade, que Ferreira, Rua e Oliveira (2007, p.9) desenvolvem:

Ao explicar os critérios de sustentabilidade, Sachs enfatiza a sustentabilidade social (razoável homogeneidade social, pleno emprego com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais), a cultura (equilíbrio entre respeito à tradição e à inovação, capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, autoconfiança e abertura para o mundo), a ecológica (preservação de recursos renováveis, limitação do uso de recursos não renováveis), a ambiental (respeito e ênfase da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais), a territorial (diminuição da assimetria na aplicação dos investimentos públicos entre áreas urbanas e rurais, conservação da biodiversidade), a econômica (desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção), além da sustentabilidade política nacional e internacional (desenvolvimento da capacidade do Estado de implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade).

Voltando a nossa hipótese da comercialização de madeiras nobres que apresentem o selo “verde” (simbologia garantidora da atividade “sustentável”) e pressupondo que a moda “sustentável” realmente pegue em todo o mundo, ocorrendo uma conscientização global do nosso dever como consumidor de buscar saber a procedência e cobrar das empresas que seus produtos não destruam e/ou poluam o ambiente.

Se generalizando tal prática de consumo e de atividade produtiva em todos os setores de atividade, mantendo-se a fiscalização assídua destas atividades “sustentáveis”, seriam estas viáveis de se manter?

Há uma incoerência quanto à prática de expansão e crescimento do lucro ilimitado do modelo de desenvolvimento dominante e o fato dos recursos do planeta serem limitados. Torna-se ainda mais contraditório (se é que seja

possível afirmar tal coisa) com a aplicação generalizada do modelo de desenvolvimento “sustentável”, já que as explorações dos recursos naturais estarão sobre acirrada regulamentação e fiscalização.

Alem disto, caso ocorra uma transformação na consciência de toda a população do planeta, a procura por produtos “sustentáveis” em diferentes setores do mercado será muito alta. Porém, a oferta no mercado, provavelmente, será muito menor do que a oferta dos produtos produzidos em escala industrial e sem, praticamente, nenhuma regulação e/ou fiscalização ambiental (como ainda se observa hoje em dia na grande maioria dos produtos comercializados).

O provável resultado deste processo é que o valor de mercado destes produtos, cuja produção segue rigorosamente as restrições e devidas praticas para poder ser denominada como uma atividade “sustentável”, recebendo o selo “verde”, terão um aumento vertiginoso no seu preço.

Em síntese, poucos produtos com esse valor agregado estarão expostos no mercado, mas a procura por eles será enorme, logo, seu preço subirá por uma questão de lógica de mercado.

#### Considerações finais

O processo de conscientização ecológica está caminhando por um viés positivo, no entanto, podemos observar que alguns hábitos e práticas da ideologia do modelo de desenvolvimento capitalista permanecem como, por exemplo, a cultura do consumo.

Portanto, pode-se afirmar que essas necessárias mudanças paradigmáticas (e a isso não há controvérsia), são incorporadas nos discursos de diferentes agentes que estão inseridos na lógica do modelo de desenvolvimento capitalista.

Metaforicamente podemos dizer que seria como se o modelo estivesse passando por um processo de “troca de pele”, se adaptando ao supostamente “exigido” modelo de desenvolvimento “sustentável”. Porém, em seu interior, a essência, conteúdo e objetivos mantêm-se os mesmos.

A contradição levantada e analisada anteriormente<sup>8</sup> em uma hipótese empírica descreve uma situação de um suposto colapso na economia, devido a uma incongruência absurda em relação a oferta e a procura.

Se caso tal processo ocorresse, iria contribuir diretamente para agravar a situação já caótica da miséria, segregação socioespacial e concentração de renda, capital e terra nas mãos de uma minoria absoluta.

Portanto, é melhor começarmos a refletir e desencantar o bonito discurso da “sustentabilidade”, que oferece nada mais que imagens, propagandas e posicionamentos vazios.

Aqui se propõem uma reflexão e pesquisa interdisciplinar, de longo prazo, para tentar mensurar matematicamente os efeitos possíveis tanto no ambiente, quanto no mercado e no comportamento das pessoas com a materialização das mudanças paradigmáticas necessárias para a aplicabilidade do modelo de desenvolvimento “sustentável”.

#### Referências:

BOVESPA – A Bolsa de Valore de São Paulo – Site internet: <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp> - acesso no dia 25/06/2008.

CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora - Site internet: <http://www.cites.org/> - acesso no dia 22/06/2008.

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura Sustentável, Tecnologia e Sociedade. In: COSTA, Luiz F. C.; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto J. (Orgs.). Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999.

FERREIRA, Álvaro; RUA, João; OLIVEIRA, Rogério. Introdução - Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (Org.). Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: Uma perspectiva Multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2007.

---

<sup>8</sup> - Peço desculpas se por ignorância já tiver sido levantada por competentes no assunto a hipótese e conclusões descritas neste trabalho.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Tradução: Orth, L.M.E. - 3º edição, Ed. Vozes, Petrópolis,RJ, 2004.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (Org.). Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: Uma perspectiva Multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2007.

SANJAUME, Maria Sala; VILLANUEVA, Ramon J. Batalla. *Teoría y Métodos en Geografía Física*. Editorial Madrid: Síntesis, 1996.

SANTANA, Paola Verri. A Mercadoria Verde: a natureza. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L. (Orgs.). O Espaço no Fim do Século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SAVINO, Ricardo; RIVÉRO, Bruno. Sustentabilidade: um bom negócio. Revista Orgânica, Rio de Janeiro, N°2, Ano I, p.06-07. Ago./Set. 2007.

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Ed. Cultrix, 1967.